

# Revolução política e revolução dos costumes: a trajetória de Herbert Daniel

*Johnnatan Monteiro*

Professor da rede estadual, RJ  
E-mail: johnnatanbias@gmail.com

**Resumo:** Em quase cinco décadas, os movimentos de contestação social ocorridos em 1968 continuam sendo periodicamente revisitados. No contexto brasileiro, podemos observar que reconstruções memorialísticas das transformações comportamentais têm ajudado a conciliar esferas sociais que se acomodaram à ditadura civil-militar instaurada em 1964, com a memória dos grupos de jovens estudantes, artistas, intelectuais e trabalhadores que de alguma forma enfrentaram as brutalidades do regime. Uso do passado que silencia a importância das lutas de oposição política e revolucionária em contrapartida à exaltação das mudanças comportamentais. Assim, para analisar as margens de negociação existentes entre as esquerdas que compuseram a “geração 68 brasileira” no que diz respeito a como lidavam com as relações de gênero e as sexualidades, será explorada a trajetória do militante estudantil, guerrilheiro e exilado político Herbert Daniel e como sua homossexualidade foi vivida no decorrer deste processo.

**Palavras-chave:** Geração 68. Ditadura Civil-Militar. Relações de Gênero.

Cerca de quarenta países, no turbulento ano de 1968, viveram movimentos de contestação social, cujos jovens, em sua maioria estudantes, constituíram os principais atores envolvidos (REIS FILHO, 2008, p. 27). De forma geral, bandeiras anti-imperialistas, com críticas contundentes à guerra do Vietnã, anticapitalistas questionando a inserção da classe operária na lógica do trabalho voltado para o consumo, e de crítica ao socialismo real, em suas lógicas burocráticas e autoritárias, relativamente comuns em

muitos países, permitiram que alguns autores colocassem esses movimentos como parte de um mesmo processo de contestação social que se desenvolveu mundialmente naquele momento (GARCIA, 1999, pp. 10-14). No entanto, é preciso pontuar que em cada país, para além das citadas bandeiras unificadoras, tais movimentos possuíam reivindicações e formas de luta específicas ligadas às demandas cotidianas, às conjunturas políticas e aos contextos sociais que estavam inseridos. Tal ressalva se faz neces-



sária, na medida em que falas a partir do presente e suas consequentes determinações sob a memória (ROUSSO, 1996, p. 98) acabam por resumir os movimentos de contestação social ocorridos internacionalmente em 1968, em certos aspectos, de forma bastante homogênea. Assim, em um amplo contexto de reapropriações e disputas, que envolvem vários grupos interessados na recuperação do processo desenvolvido em 1968 no Brasil, a questão da revolução dos costumes e comportamentos, recorrentemente relacionada às agitações sociais ocorridas pelo mundo ao longo desse ano e aos seus desdobramentos, se encaixa enquanto um típico exemplo de uma lógica da memória que constrói representações unificadas do passado (ROUSSO, 1996, p. 96).

Em meio às comemorações realizadas década a década, não apenas a academia mas também grupos de esquerda de diversos países promovem reatualizações sobre a importância de 1968 e suas consequências enquanto acontecimento. Dessa forma, o amplo

e variado processo de questionamento social que saltou aos olhos naquele ano tem se integrado à cultura política presente em muitos partidos, sindicatos e movimentos sociais de esquerda. Nacionalmente, é comum verificar a presença das transformações políticas e culturais advindas dos processos de contestação social de 1968 na memória do movimento estudantil e na memória da luta armada que cada qual a seu modo, mas com interseções entre si, enfrentou a ditadura civil-militar brasileira. Como também podemos verificar que a memória dos acontecimentos de 1968 e seus desdobramentos ainda são partes vivas das histórias pessoais, políticas e intelectuais dos militantes que aderiram aos movimentos de oposição ao regime autoritário vigente em nosso país. Assim, as manifestações coletivas e individuais da memória social a partir das narrativas de grupos e pessoas que se opuseram politicamente à ditadura civil-militar, na qual os acontecimentos e transformações de 1968 aparecem significativamente como ponto de conver-

gência de muitas lembranças, representam para as esquerdas brasileiras um simbólico ponto de apoio para a sua identidade.

Os meios de comunicação também formularam acerca dos anos comemorativos de 1978, 1988, 1998, 2008 e 2018 versões dos acontecimentos de 1968 e seus impactos na vida social. Em geral, uma vasta gama de produções literárias, filmicas e televisivas são realizadas, alcançando um público considerável e funcionando como referências significativas do olhar de sociedades do presente para o passado. No caso brasileiro, este olhar envolve um processo conciliatório em relação a um passado traumático, pois relembrar 1968 no Brasil, entre outras perspectivas, se relaciona diretamente à recuperação, em média a cada dez anos, da memória da luta radical de um grupo dentro de uma simbólica geração, composto por alguns jovens estudantes urbanos de classe média

Os meios de comunicação também formularam acerca dos anos comemorativos de 1978, 1988, 1998, 2008 e 2018 versões dos acontecimentos de 1968 e seus impactos na vida social. Em geral, uma vasta gama de produções literárias, filmicas e televisivas são realizadas, alcançando um público considerável e funcionando como referências significativas do olhar de sociedades do presente para o passado. No caso brasileiro, este olhar envolve um processo conciliatório em relação a um passado traumático [...].

que enfrentaram o terrorismo de Estado praticado pela ditadura civil-militar, na tentativa de derrubar o regime e de promover a revolução socialista através da luta armada.

Individual, porém construída coletivamente, a memória comporta-se, cotidianamente, através de demandas específicas de cada realidade (POLLAK, 1989, p. 2). O ato de lembrar é condicionado por critérios que imprimem uma seletividade. E, desta maneira, haveria a utilização de critérios, conscientes ou não, para as lembranças que serão utilizadas para fins específicos, dessa lembrança selecionada a partir da demanda do presente (TODOROV, 2004, p. 17). Alguns dos indivíduos ícones do movimento de contestação social e política, ocorridos no Brasil em 1968, figuram hoje em inúmeras esferas do poder

nacional e parte de seu status ainda está diretamente ligada à sua atuação política no período. Paralelamente, a maioria dos indivíduos que participaram do movimento e permaneceram em relativo anonimato, muitas vezes, recuperam aquele momento como parte integrante de sua história pessoal. Nos dois casos, considerando as devidas proporções e as intenções dos usos deste passado (TODOROV, 2004, p. 17), muitos se referem aos acontecimentos acreditando alcançar a mais completa veracidade e sinceridade e, de forma alguma, parecem considerar o condicionamento do presente sobre suas palavras (ROUSSO, 1996, p. 98). Neste contexto, muitas produções midiáticas reatualizaram tais reminiscências no bojo do processo de conciliação social, tendo como pano de fundo a ainda vigente lei de anistia promulgada em 1979 (REIS FILHO, 1990).

Considerando as repercussões atuais que o ano de 1968 ainda possui sobre os indivíduos e a sociedade como um todo, os conceitos de geração e gênero auxiliarão na tentativa de uma análise aprofundada que permita pontuar o plano em que se encontrava a questão dos costumes e dos comportamentos dentro do debate político realizado pelos diferentes segmentos sociais que compuseram o movimento brasileiro. Segundo Jean-François Sirinelli, a noção de “geração” figura em nosso cotidiano para além de uma característica biológica, sendo detentora de fortes perspectivas sociais e culturais. Ela é um parâmetro significativo de como as civilizações se autodividem no tempo (SIRINELLI, 1996, pp. 131 e 132). O autor propõe que a consolidação de uma geração está ligada essencialmente à aquisição de “existência autônoma e uma identidade – ambas geralmente determinadas por um acontecimento inaugurador” (SIRINELLI, 1996, pp. 133-137). Este ainda coloca que, além dos contornos dados à geração por tal acontecimento, se fazem presentes também os sentimentos de “autorrepresentação” e “autoproclamação”. O forte sentimento de fazer parte de um grupo identitário que se diferencia dos demais (SIRINELLI, 1996, p. 133).

No que se refere aos debates de “gênero”, Joan Scott, em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, considerado de grande relevância para os estudos sobre o conceito, propõe a seguinte definição:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1991, p. 21).

Para além da definição de Scott, o desenvolvimento dos estudos que se debruçam sobre a categoria gênero como instrumento de análise das relações sociais tem permitido a construção de arcabouços teóricos que começam a refinar a própria categoria com a finalidade de dar conta de novas problemáticas, visto que o entendimento exclusivamente binário dos gêneros, com as noções sexuais de masculino e feminino, não consegue esgotar. Assim, emergem de forma significativa neste contexto bibliográfico os pensamentos de Judith Butler, que analisa as falas científicas que constituíram o discurso da dualidade sexual (BUTTLER, 2003, p. 24). Consequentemente a essa desconstrução da binariedade sexual enquanto natural, ela nos leva a entender o sexo como uma construção social e o gênero não como significado cultural das diferenças sexuais dadas pela natureza, mas como portador de relações de poder, disfarçadas pelo discurso da essência biológica. Os gêneros, nessa perspectiva, são performances, construções intencionais de significado social de que o sexo então é derivado (SOIHET; PEDRO, 2007, pp. 293 e 294).

Desse modo, direcionamos nosso olhar aos tópicos da sexualidade e das relações de gênero, tendo em vista compreender a ideia que se construiu sobre a chamada “revolução sexual” e como essa perspectiva se desenvolveu com o passar dos anos, de acordo com as condições que foram e são hoje presentes. Pois, em função da recorrente afirmação das transformações nos padrões comportamentais como principal herança deixada por 1968 (REIS FILHO, 2008, p. 53), pretende-se mapear os paralelos estabelecidos, através do ato de rememorar, com os demais países que passaram por agitações sociais, a fim de questionar os usos do passado que derivam desta complexa problemática. Como, por exemplo, a conciliação social das classes médias que apoiaram a ditadura civil-militar com alguns grupos de jovens da geração 68

brasileira, que, através do movimento de luta armada, tentaram derrubar o regime e promover a revolução socialista. Estudantes com disposição combativa e transformadora que muitos veículos de comunicação tentam silenciar através da exacerbada exaltação das mudanças comportamentais e da desvinculação do alcance de tais rupturas do ambiente de lutas políticas que se processavam em paralelo no período. Perspectiva memorialística presente em obras midiáticas famosas como, por exemplo, no livro “1968: o ano que não terminou” (1988), na série Anos Rebeldes (1992) e no filme “O que é isso, companheiro?” (1997). Ao mesmo tempo, essa forma de uso do passado contribui para silenciar os efeitos do terrorismo promovido pelo Estado brasileiro contra esses jovens opositores e alguns outros grupos por cerca de duas décadas.

De acordo com a corrente de pensamento substantivamente representada por Judith Butler, podemos submeter outras sexualidades ao cenário complexo das relações de gênero (BUTTLER, 2003, p. 24), uma vez que o sexo, a partir de tal referência, é uma construção social a partir dos gêneros. A ho-

Estudantes com disposição combativa e transformadora que muitos veículos de comunicação tentam silenciar através da exacerbada exaltação das mudanças comportamentais e da desvinculação do alcance de tais rupturas do ambiente de lutas políticas que se processavam em paralelo no período. Perspectiva memorialística presente em obras midiáticas famosas como, por exemplo, no livro “1968: o ano que não terminou” (1988), na série Anos Rebeldes (1992) e no filme “O que é isso, companheiro?” (1997).

mossexualidade, em sua diversidade como prática da sexualidade humana, passa a ser entendida como inscrita dentro das relações de gênero, que se multiplicam constituindo novas variações para a formação das identidades sociais. E, por sua vez, passam a ser analisadas através das relações de poder que cotidianamente se estabelecem. Neste sentido, também participam do processo de constituição da memória social, inclusive no que nos interessa neste estudo: o desenvolvimento da memória dos movimentos de

contestação da ordem vigente em 1968 e seus desdobramentos enquanto processo no que tange às transformações dos costumes, comportamentos, relações de gênero e sexualidades.

Neste sentido, a trajetória de Herbert Daniel, sendo compreendida a partir do que propõe Pierre Bourdieu, como dotada de incessantes transformações e só sendo possível de ser entendida a partir da reconstrução do contexto – “*superfície social*” – onde se desenrola (BOURDIEU, 1996, pp. 184 e 185), nos revela uma série de nuances sobre as normas comportamentais, seu funcionamento efetivo e as possíveis brechas de negociação (LEVI, 1996, pp. 179 e 180), dentro deste segmento específico da geração 68 brasileira: o das organizações armadas revolucionárias de esquerda. Tanto durante o período de clandestinidade, como também no exílio, sendo a luta armada uma fração relevante, em termos qualitativos,

Neste sentido, a trajetória de Herbert Daniel, sendo compreendida a partir do que propõe Pierre Bourdieu, como dotada de incessantes transformações e só sendo possível de ser entendida a partir da reconstrução do contexto – “*superfície social*” – onde se desenrola, nos revela uma série de nuances sobre as normas comportamentais, seu funcionamento efetivo e as possíveis brechas de negociação, dentro deste segmento específico da geração 68 brasileira: o das organizações armadas revolucionárias de esquerda.

da juventude evolvida politicamente no processo de contestação da ordem, nos anos que antecederam e principalmente que se seguiram a 1968.

Segundo Sabina Loriga, é a partir de movimentos individuais que se rompem as homogeneidades, revelando os conflitos, inércias, ineficácias e incoerências entre as diferentes normas sociais (LORIGA, 1998, p. 249). Assim, Daniel, como outros militantes, só experimentaria abertamente a homossexualidade na condição de exilado, o que, por sua vez, não o livrou de críticas e acusações posteriores. Tal conduta permanecia como inaceitável dentro da organização que militou, de acordo com seus reconhecidos códigos morais (DANIEL, 1982), mesmo após uma década passada do chamado advento “revolução sexual”

e do início dos questionamentos mais expressivos sobre as relações de gênero em alguns países do continente europeu.

Nascido em 14 de dezembro de 1946 na capital mineira de Belo Horizonte, Herbert Eustáquio de Carvalho começaria sua militância política após ingressar na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1964. O jovem aluno do curso de Medicina inicialmente se ligaria ao movimento estudantil, chegando a vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes. Entre 1967 e 1969, ele passaria pelos grupos Organização Revolucionária Marxista-Político Operária (ORM-Polop), Comando de Libertação Nacional (COLINA), Vanguarda Armada Revolucionária (Var-Palmares) e, por fim, pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Nesta última organização, Daniel (um dos codinomes pelo qual passou a ser chamado na luta revolucionária) realizou sua primeira de muitas ações armadas, vindo a ser reconhecido como um militante combativo e preparado, digno de funções de grande confiança (DANIEL, 1982, pp. 26, 27, 51 e 52).

A partir da grande responsabilidade que pesava sob as organizações de vanguarda, impunha-se ao militante uma conduta exemplar a partir de normas de comportamento supostamente dignas de um revolucionário. Ou seja, superando por um lado o reformismo das organizações comunistas tradicionais, o revisionismo desagregador da luta revolucionária e os desvios morais característicos da burguesia. Era necessário criar e viver uma moral revolucionária enquanto exemplo para a nova sociedade que se pretendia construir (REIS FILHO, 1990, p. 123).

Meus problemas pequeno-burgueses me preocupavam, como tantos empecilhos que eu tivesse para poder me tornar um bom revolucionário. Entre eles, a sexualidade; mais explicitamente, a homossexualidade. Desde que comecei a militar, senti que tinha uma opção a fazer: ou eu levaria uma vida sexual regular e transtornada, secreta e absurda, isto é, puramente “pequeno-burguesa”, para não dizer “reacionária”, ou então faria a revolução. Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria esquecer minha sexualidade (DANIEL, 1982, pp. 96 e 97).

Herbert Daniel, em seu livro “Passagem para o próximo sonho: um possível romance autocrítico”, ao contar sua experiência de militância política e exílio, expressa de forma veemente o choque de viver abertamente a homossexualidade com as possibilidades de ser um revolucionário de esquerda integrante de uma organização armada. Segundo Daniel, como podemos verificar no trecho acima, a homossexualidade configuraria um grave problema em sua prática revolucionária, pois a revolução exigia do militante uma postura sexual regular e qualquer questionamento sobre a questão seria considerado despropositado pela organização. O autor coloca que, de forma geral, o sexo não era visto pelos militantes das organizações revolucionárias como uma questão política, mas sim como uma questão estritamente pessoal. Em particular, a homossexualidade era vista como um desvio pequeno-burguês, que, no cotidiano da militância junto a seus companheiros de luta armada, podia tomar o caráter de grave acusação. Neste sentido, Herbert Daniel afirma ter renunciado a sua sexualidade, não sendo, então, um problema para os outros. Afirma ele ter assumido um comportamento assexuado que seguia os modelos imaginados de uma classe operária sem desvios sexuais: “Tinha um comportamento exemplar. Nenhuma relação homos-

sexual obscureceu meus dias de militância” (DANIEL, 1982, pp. 96 e 97).

Em muitas de suas obras, o autor contou quais eram as margens para a vivência cotidiana das sexualidades e, mais especificamente, da homossexualidade, dentro das organizações marxista-leninistas revolucionárias por que passou. Em “Meu corpo daria um romance”, Daniel também contaria alguns episódios significativos do entendimento e do espaço que o debate possuiu: “Marcelo, naquela época, ainda não poria em prática sua teoria; continuaria cultivando sua abstinência sexual que tornara “normal” nas contendas da guerrilha” (DANIEL, 1984, p. 36).

Para além das relações sexuais interdidas por uma gama de orientações morais que os guerrilheiros tinham que se enquadrar, havia como consequência também a interdição afetiva; a impossibilidade dos amores adolescentes que afloravam e se desenvolviam na transição para a vida adulta. Herbert Daniel, assim como outros jovens militantes das organizações que integrou, evitou os encontros com os amores fora dos padrões revolucionários. Entre tantos resultados da luta contra o regime ditatorial, são expressivos na narrativa os sentimentos de dúvida, renúncia e solidão. Nesta perspectiva, conta que até sua relação com Cláudio Mesquita, seu cônjuge por mais de 20 anos, também teria sido cerceada pelos valores correntes em sua organização. Valores que, acima de tudo, eram internalizados pelos militantes, sem margem para um debate sobre suas referências, as quais,



como já expressado acima, para o autor reproduziam uma lógica “puramente pequeno-burguesa”, para não dizer “reacionária” (DANIEL, 1982, p. 96). Nas palavras de Daniel:

O meu romance – dito real – continuou, sem que eu fosse Crusoé, numa sexta-feira em que conheci Cláudio. Também numa sexta-feira véspera de carnaval, fugimos da última queda, escapamos. Com Cláudio iria conhecer, iríamos, um diálogo enorme, que durou anos, onde falamos um do outro, contando casos de si mesmos. Descobrimos o sexo. Não que tenhamos nos tocado: durante anos falamos apenas, contávamos nossas experiências com terceiros. Só muito tempo depois de ter conhecido Cláudio que despontou em mim a hipótese de praticar um sexo – homossexual – verbalizava, sem reconhecer. A homossexualidade me resolveu angústias, mas não me afastou do exílio e, sim, me fez conhecer outros (DANIEL, 1982, p. 127).

Somente no exílio, Herbert Daniel e seu companheiro de vida, Cláudio Mesquita (ou Lauro e Beto, como passaram a se chamar durante a fuga) viveriam o amor. Cláudio e sua família serviram, enquanto

Seu rompimento com alguns grupos de esquerda no exílio se deu a partir do argumento de que havia a necessidade de resolver questões políticas, sem espaço como diversas outras, nestes grupos. No caso específico, a homossexualidade, encarada por Daniel como uma questão política onde se manifestava uma complexa teia de relações de poder e opressão.

simpatizantes, de fachada para o esconderijo de um dos guerrilheiros mais procurados do país. Infelizmente, os órgãos de inteligência do regime civil-militar conseguiram chegar até o aparelho que abrigava Herbert Daniel, após a captura do embaixador suíço. A família de Cláudio Mesquita sofreria bárbaras torturas nas mãos da repressão, mas Beto e Lauro conseguiram escapar. Com a sorte de nunca terem sido presos e torturados, os dois partiram para o exílio.

Embora tenha conhecido a homossexualidade desde o início de sua militância política no Brasil (DANIEL, 1982, pp. 25, 26 e 27) – e aqui vivido o revolucionário ano de 1968 e seus desdobramentos –,

foi somente no exílio que esta seria de fato explorada. E, mesmo assim, a partir de um rompimento com os grupos da esquerda revolucionária que lá tentavam ainda sobreviver. Sobrevivência essa que, segundo Herbert Daniel, não teria modificado os principais problemas internos vivenciados nos tempos de Brasil. Havia, pelo contrário, aumentado os dogmatismos e os sectarismos e também as resistências às novas questões que continuavam não formuladas. Seu rompimento com alguns grupos de esquerda no exílio se deu a partir do argumento de que havia a necessidade de resolver questões políticas, sem espaço como diversas outras, nestes grupos. No caso específico, a homossexualidade, encarada por Daniel como uma questão política onde se manifestava uma complexa teia de relações de poder e opressão (DANIEL, 1982, pp. 154 e 155).

No segundo momento de seu exílio em Paris, após viver uma temporada com Cláudio em Portugal, Herbert Daniel trabalharia como porteiro em saunas homossexuais e a esta experiência atribui boa parte de seu entendimento sobre o cotidiano da homossexualidade. E também a esta experiência conferiu as reflexões sobre as possibilidades de ser limitado ao gueto a que os indivíduos que exercem a homossexualidade são socialmente empurrados (DANIEL, 1982, p. 155).

No Brasil, nos anos de militância, segundo Daniel, existia não somente o receio de sofrer as consequências por ferir os códigos morais de sua organização por conta de sua homossexualidade, mas também a desmoralização do indivíduo e da luta armada:

Anos a fio, carregando a pecha de terrível ‘terrorista’, um pânico me assombrou: que ‘descobrissem’ que eu ERA! Vivi um quase pesadelo, pensando que os jornais, que certa vez me classificaram de ‘braço direito de Lamarca’, poderiam estampar esta manchete assustadora: “Guerrilheiro bicha”. Ou: “O terrorista era um tremendo invertido” [...]. Na época, a gente imaginava que essas coisas eram ofensivas e ‘taras sexuais’ eram reservas (i)morais da Pátria da direita. À esquerda éramos abstratos, voláteis, imunes: o corpo-militante era o corpo de um anjo exterminador de sexo exterminado. Não é por outra razão que eu – e todos! – silenciava. Bicha admissível, só a caladinha (DANIEL, 1982, pp. 25 e 26).

Neste trecho, o autor expressa, além da moral burguesa proferida pelos jornais da qual temia ser vítima, aspectos da moral vigente e das relações de gênero que teria vivenciado na organização armada revolucionária de esquerda que principalmente militou. Ambas as posições morais em análise estão muito distantes de entender a homossexualidade como uma das possibilidades da sexualidade humana, como defende Herbert Daniel, mas sim como um desvio de uma sexualidade natural padrão: a heterossexualidade. No caso da esquerda, um desvio típico, entre os diversos vícios, da burguesia. E ainda quando praticada em seu interior, somente possível de forma silenciosa. Ou seja, visões e práticas incongruentes sobre os aspectos da “revolução sexual”, que hoje, de forma memorialística, é proposta como um processo amplamente generalizado dentre a “geração 68” de todo o mundo.

Mesmo em seu exílio na Europa, onde os ares de mudança comportamental teriam estremecido as estruturas sociais, Herbert Daniel conta ter enfrentado tanto o afastamento silencioso quanto a exclusão lenta, travestida de “aceitação”, de seus amigos de militância, na medida em que opta por vivenciar abertamente sua homossexualidade (DANIEL, 1982, p. 59). No início do ano de 1979, em Paris, junto à Comissão de Cultura do Comitê Brasil pela Anistia, promoveu o debate “Homossexualidade e Política” (DANIEL, 1982, p. 213). Nesta ocasião, Herbert Daniel foi responsável pela condução dos trabalhos que posteriormente lhe renderiam a autoria do documento “Homossexual: defesa de seus interesses?”, publicado em maio do mesmo ano, na revista *Notas Marginais - nº 3*, pelo grupo de mesmo nome. O documento teria sido o primeiro a discutir a homossexualidade dentro das esquerdas brasileiras e lançou as bases fundamentais de suas críticas, que foram posteriormente desenvolvidas em seus livros. Estas críticas partem de análises sobre a modelação do homossexual pelos mecanismos de poder burguês como forma de promover a repressão específica a tal grupo.

Herbert Daniel critica a perspectiva, assumida de forma geral pelas esquerdas, que tratam o homossexual como uma minoria com um interesse de grupo definido. Reproduz, assim, a moral herdada da burguesia e, com isso, não compreende os meca-

nismos pelos quais tal classe social exerce seu poder de modelação sob os sujeitos, estando as esquerdas pouco capacitadas para combatê-la. Ele afirma que as esquerdas se apropriam desta mesma lógica para elaborar seu discurso. Este discurso, por sua vez, faz o autor duvidar de qualquer possibilidade de mudança sobre o olhar social dirigido à homossexualidade:

Para a esquerda, a questão da homossexualidade não é a de um grupo, uma minoria social, que pode ser contada como força política na luta contra o capitalismo. O problema, em seu fundo mesmo, é de compreender a ação do Poder, para melhor poder combatê-lo. Ao falar sobre a homossexualidade, enquanto homossexual, não se faz uma tentativa de introduzir um discurso homossexual na esquerda, MAS UMA CRÍTICA AO DISCURSO HOMOSSEXUAL QUE A ESQUERDA TEM. Um discurso do “preconceito” – isto é, uma moralidade herdada da burguesia e que a faz politicamente pouco capacitada a enfrentar e destruir o poder burguês. Não é um grupo homossexual que deve se responsabilizar por isso (DANIEL, 1979, p. 9).

Mesmo em seu exílio na Europa, onde os ares de mudança comportamental teriam estremecido as estruturas sociais, Herbert Daniel conta ter enfrentado tanto o afastamento silencioso quanto a exclusão lenta, travestida de “aceitação”, de seus amigos de militância, na medida em que opta por vivenciar abertamente sua homossexualidade.

A promoção do debate foi marcada por grande resistência de grupos que compunham o Comitê Brasil pela Anistia, com argumentos que iam desde “o homossexualismo é uma doença” ou “é resultado da decadência do capitalismo” até “sexualidade não é um assunto diretamente político”. Este episódio acabaria por desvelar, de forma direta, a vasta gama de preconceitos que envolvia a questão da homossexualidade – conduta sexual associada aos desvios morais da burguesia reacionária –, pois envolveu desde o silêncio daqueles que não queriam participar da discussão à censura dos que tentaram impedi-la. Tama- nha teria sido a mobilização contrária ao debate que o Comitê Brasil pela Anistia chegaria à beira de um

racha e, para evitar a divisão do Comitê, a Comissão de Cultura tomaria a iniciativa de realizá-lo de forma autônoma, em uma sala da Casa Brasil na Cidade Universitária (DANIEL, 1982, pp. 214-218).

Sob o prisma dos estudos biográficos na historiografia (LEVI, 1996, p. 182), a trajetória de Herbert Daniel nos permite a interpretação de que eram objetivamente restritos os limites para a vivência cotidiana da homossexualidade nas organizações marxista-leninistas armadas que pretendiam derrubar a ditadura civil-militar e promover a revolução socialista como vanguarda da classe operária. Tais questões de foco comportamental estavam fora de qualquer perspectiva de debate político em organizações como a VPR. No entanto, não podemos ser anacrônicos em relação à prioridade e ao sentido que se dava às questões comportamentais em meio ao contexto onde se acredita estar vivendo um processo revolucionário em curso. Processo que implicava em uma luta de morte com um mecanismo cada vez mais eficiente de terrorismo de Estado. Os órgãos de repressão civis e militares utilizavam-se da censura,

Sob o prisma dos estudos biográficos na historiografia (LEVI, 1996, p. 182), a trajetória de Herbert Daniel nos permite a interpretação de que eram objetivamente restritos os limites para a vivência cotidiana da homossexualidade nas organizações marxista-leninistas armadas que pretendiam derrubar a ditadura civil-militar e promover a revolução socialista como vanguarda da classe operária. Tais questões de foco comportamental estavam fora de qualquer perspectiva de debate político em organizações como a VPR.

da perseguição política, da tortura e do assassinato de forma cada vez mais sistemática contra seus opositores. O AI-5 de 13 de dezembro de 1968 garantiria a uma parcela politicamente relevante da geração 68 brasileira cicatrizes profundas e lembranças amargas. Assim, o contexto dos jovens que viveram a luta armada compreendia sobreviver e ao mesmo tempo fazer a revolução.

Assim, o próprio Herbert Daniel deixa claro que entendia sua opção pela renúncia de sua sexualida-

de enquanto necessidade da luta. “Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria esquecer minha sexualidade. Mais que isto: eu era feliz em Ribeira porque *não* me sentia reprimido. Sentia, como todos deviam sentir, que a ausência de sexo era uma necessidade da luta...” (DANIEL, 1982, pp. 97 e 221). Pois é necessário que se pense a importância do exílio de 7 anos na Europa para que Herbert Daniel iniciasse suas críticas às relações de poder que envolvem as sexualidades em um nível essencial das relações sociais. Críticas que nos indicam, em nossa análise de quase 50 anos depois, o quanto era restrito o espaço estabelecido para os debates que hoje classificamos como relações de gênero. Mas que, em 1968, no Brasil, significavam no pensamento de muitos militantes e na lógica de muitas organizações armadas debates que poderiam promover a desagregação em torno da luta pela derubada da ditadura e pela revolução socialista.

Neste sentido, é de suma importância entender melhor o conjunto de experiências transformadoras que os exílios proporcionaram para a geração 68 brasileira (ROLLEMBERG, 1999, p. 132). Ao mesmo tempo, é importante retomar a análise que Rachel Soihet faz da proposição de Thompson para entender a importância da experiência na aquisição da consciência de gênero que gradualmente se formou entre as mulheres exiladas. Segundo Soihet, é na luta pela revolução política no Brasil e por seus desdobramentos no exílio que muitas mulheres perceberam as posições subalternas que eram colocadas pelos seus companheiros de vida e militância e, a partir de tal percepção, passam a forçar novos debates sobre as relações interpessoais e afetivas no âmbito do político (SOIHET, 2012, pp. 35 e 37). Desta forma, como indica seus escritos iniciados no final da década de 1970, o contraste de experiências vividas durante 7 anos de militância revolucionária no Brasil e 7 anos de vida no exílio irá representar um pungente processo de aquisição de consciência de gênero para Herbert Daniel.

Também em seu livro, Herbert Daniel conta o episódio da recusa feita pelo Comitê Brasil pela Anistia (CBA) em proceder à leitura de sua carta de protesto no Congresso realizado no final de 1979. A carta denunciava os limites da Lei de Anistia promulgada em 28 de agosto de 1979, que não beneficiava alguns

exilados que só poderiam regressar ao Brasil após prescreverem suas penas. Ele iria ouvir várias justificativas, pouco convincentes, dos motivos pelos quais sua carta não teve espaço no Congresso. Entre suas tentativas de torná-la pública, enviou, então, o texto à mãe do cartunista Henfil e do sociólogo, ex-exilado, Herbert de Souza. Henfil foi quem primeiro divulgou a carta em sua coluna de jornal. Em março de 1980, o jornal “O Lampião da Esquina” publicaria na íntegra a carta, incluindo uma nota explicativa, caminho pelo qual Daniel veio a saber dos reais motivos de sua carta ter sido cerceada junto ao CBA no final de 1979 (DANIEL, 1982, pp. 227, 228 e 229). Segundo o jornal, “o representante do CBA - Comitê Brasileiro pela Anistia, do Ceará, cujo nome nem merece ser citado, recusou-se a lê-la porque, segundo ele, o signatário é apenas uma bicha” (SILVA, 1980, p. 10).

Este trecho que esclarece a questão para Herbert Daniel demonstra, por outro lado, que, embora fosse conhecido que o militante da combativa e atuante Vanguarda Popular Revolucionária tenha participado como liderança de várias ações armadas contra o regime ditatorial brasileiro – como a captura do embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben em 1970, que libertou 40 presos políticos, e do embaixador suíço Giovanni Bucher, ao lado de Carlos Lamarca, libertando 70 presos políticos –, sua posição sobre os limites da anistia pelos quais era diretamente atingido não era relevante para a CBA, em função de suas práticas e identidade sexual. Perspectiva essa que fica claramente colocada quando um membro do comitê, sem nenhuma repreensão relevante que garantisse a leitura da carta de denúncia do exilado no congresso baiano, o ofende diretamente baseado em suas concepções de gênero homofóbicas e machistas, largamente disseminadas na sociedade brasileira. Inclusive, o ocorrido é uma demonstração de como tais concepções ainda eram muitíssimo presentes entre os adultos que haviam sido os jovens de esquerda em 1968 e que naquele momento lidavam também com as consequências do processo exílio e anistia. E, assim, Herbert Daniel, mais uma vez, comprova o exílio político da homossexualidade dentro das esquerdas brasileiras. Sobre o ocorrido, comenta:

Algun tempo depois, tive uma resposta parcial a tais questões. Recebi o Lampião, que,

num admirável gesto de solidariedade, publicou na íntegra a carta. Apresentou-a comentando um incidente no Congresso do CBA – do qual só tomei conhecimento pelo jornal. Um dos presentes, delegado do Ceará (que pena, verdes mares que brilhas!), opusera-se à leitura da minha carta ali porque eu era “simplesmente uma bicha” (sic) (DANIEL, 1982, p. 229).

O processo de retorno ao Brasil pode ser interpretado na trajetória de Herbert Daniel como um momento significativo, onde começa a aflorar a consciência de gênero em seu discurso político. Sendo o contexto das experiências vividas entre 1979 e 1981 ponto perceptível nas reflexões propostas em seus escritos e livros publicados até 1984.

Como foi verbalmente dito pelo delegado do CBA cearense, a recusa de ler a carta de protesto de Herbert Daniel contra os limites da lei de anistia residia em muitos o considerarem um sujeito de menor valor em função de sua sexualidade. Ser “simplesmente uma bicha” (DANIEL, 1982, p. 229) ainda implicava em um padrão moral desviante para os revolucio-

O processo de retorno ao Brasil pode ser interpretado na trajetória de Herbert Daniel como um momento significativo, onde começa a aflorar a consciência de gênero em seu discurso político. Sendo o contexto das experiências vividas entre 1979 e 1981 ponto perceptível nas reflexões propostas em seus escritos e livros publicados até 1984.

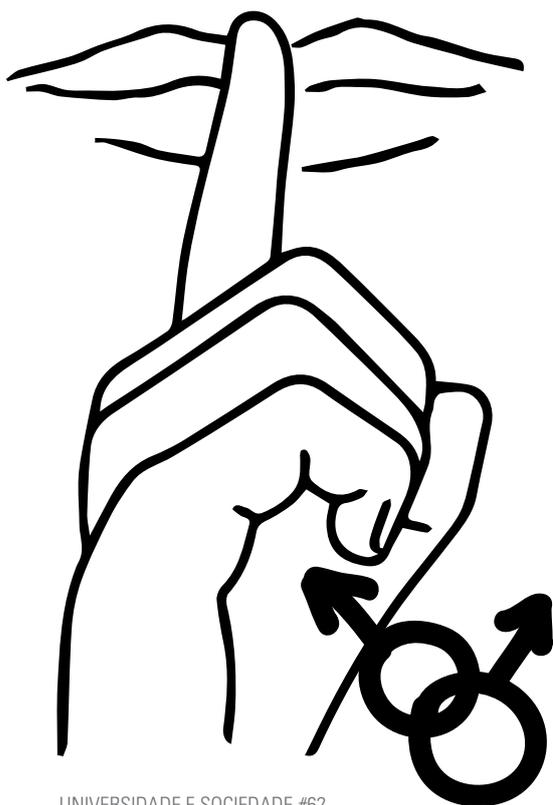
nários que se propunham a ser. Ao mesmo tempo, a homossexualidade permanecia largamente rechaçada entre as camadas médias da sociedade burguesa, origem da maioria dos militantes que enfrentaram a ditadura civil-militar (REIS FILHO, 1990, pp. 144-172). Como começava a denunciar Herbert Daniel, a moral revolucionária não estava livre de reproduzir ou simplesmente concordar de algum modo com a moral das classes médias da sociedade burguesa. Os militantes de esquerda envolvidos no congresso baiano do CBA, ao verbalizar ou ao silenciar, acabam por contribuir com as opressões que perpassam a luta de classes e continuavam por entender as questões de gênero e sexualidade enquanto fora da esfera polí-

tica. Não apoiar Herbert Daniel em seu retorno indica ainda um raso alcance no entendimento destes militantes sobre a importância de defender direitos democráticos individuais. O resultado: Daniel é o último exilado, que desejava o retorno imediato, a pisar no Brasil em 1981.

Finalmente em casa, Herbert Daniel manteve diálogo com alguns grupos de ativistas *gays*. Em 1982, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), trabalhando na campanha e no mandato de deputado estadual do ex-exilado Lizst Vieira, que tinha como marca de ação os debates sobre cultura, ecologia e homossexualidade. Em 1986, ele tentaria a eleição para deputado estadual, associando sua campanha a de Lizst Vieira para deputado federal e do ex-exilado Fernando Gabeira para governador do estado do Rio de Janeiro. O slogan no panfleto “Somos a maioria” da campanha de Daniel era representativo de suas perspectivas políticas neste momento: “Não há democracia se ela para na porta da fábrica, no fundo do prato, ou na beira da cama”. Ainda em 1986, fundaria o Partido Verde (PV), junto com outros dissidentes do PT. Por seu novo partido, Daniel se candidataria à presidência da república em 1989. Neste mesmo momento, é diagnosticado com tuberculose ganglionar e descobre ser portador do vírus da AIDS. Mesmo assim, continua sua campanha, sendo o primeiro candidato à presidência do país assumidamente ho-

mossexual e soropositivo. Reafirmava, desta forma, sua militância no debate sobre os temas, evidenciando as opressões derivadas de associações ignorantes e preconceituosas entre a homossexualidade e a AIDS. Com a saúde debilitada pela doença, Herbert Daniel teve que abandonar a candidatura e foi substituído por Fernando Gabeira no pleito presidencial. Em seus últimos anos, ele ainda escreveria alguns livros relativos às questões sociais que envolvem a epidemia e, em 29 de março de 1992, em decorrência de complicações da doença, Herbert Daniel encerraria sua jovem e militante existência, aos 45 anos.

Em suma, sob um olhar que pretende analisar o desenvolvimento da memória dos segmentos que compuseram a geração 68 brasileira, a respeito das transformações dos comportamentos e costumes, adotando referenciais teóricos de Joan Scott e Judith Butler no entendimento do conceito de gênero, a trajetória de Herbert Daniel aqui mapeada através de seus escritos assume uma crucial relevância. Tanto pelos testemunhos de suas experiências de militância e exílio, quanto por suas severas críticas aos padrões morais adotados por diversos grupos armados da esquerda brasileira. Mesmo considerando a tentativa de imprimir coerência sob sua própria vida (BOURDIEU, 1996, pp. 184 e 185) e os efeitos condicionantes do presente (ROUSSO, 1996, p. 98) que se encontrava Herbert Daniel no momento em que construiu sua narrativa – período fortemente marcado pelo processo de anistia e dificuldades do retorno dos exilados ao Brasil, em torno de 1979 –, sua trajetória é significativa e esclarecedora. Segundo Giovanni Levi, a biografia permite à historiografia promover análises aprofundadas sobre os conflitos, classificações, distinções, representações e margens de liberdade que os indivíduos possuem no interior de seus grupos (LEVI, 1996, p. 182). Assim, tal referencial teórico possibilita, a partir da trajetória de Herbert Daniel, o questionamento de uma memória sobre as transformações dos costumes, comportamentos, sexualidade e relações de gênero que a “geração 68”, como um todo e da mesma forma, haveria vivenciado enquanto um uso do passado que silencia a importância das lutas de oposição política e revolucionária em contrapartida à exaltação das mudanças comportamentais. **US**



- BUTLER, Judith. Problemas de gênero. **Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. “**A ilusão biográfica**”. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. Moraes (orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- DANIEL, Herbert. **Homossexual: defesa dos interesses? Notas Marginais - nº 3**, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Meu corpo daria um romance**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Passagem para um próximo sonho: um possível romance autocrítico**. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- GARCIA, Marco Aurélio. Em busca de 1968. In: GARCIA, M.; VIEIRA, M. (orgs.). **Rebeldes e Contestadores-1968: Brasil, França e Alemanha**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- LORIGA, Sabina. “**A biografia como problema**”. In: Revel, J. Jogos de escalas. a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. **1968: a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- \_\_\_\_\_. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ROUSSO, Henry. **A memória não é mais o que era**. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. Moraes (orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SCOTT, Joan. “**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. Recife: SOS Corpo, 1991.
- SILVA, Aguinaldo. **Nota introdutória**. In: Íntegra da Carta de Herbert Daniel, publicada no “Lampião da Esquina”, março de 1980, nº 22, ano 2.
- SIRINELLI, Jean-François. **A Geração**. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SOIHET, Rachel. “**Mulheres moldando esteticamente suas existências: feminismo como alavanca para uma sociedade mais justa**”. Projeto História, vol. 45, PUC/SP, 2012.
- \_\_\_\_\_. e PEDRO, J. “**A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero**”. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, 2007.
- TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Buenos Aires: Barcelona y ediciones, 2004.

# referências